**Resumo**

**Introdução**

É possível encontrar vários problemas na estocagem de remédios.

Muitos remédios são estocados de maneira errada, com temperatura e umidade não adequadas. Cerca de 43% dos medicamentos são perdidos, e seu descarte é feita de maneira irregular, afetando o meio ambiente.

**Remédios termolábeis**

Medicamentos termolábeis são produtos sensíveis à temperatura que devem ser armazenados de acordo com a faixa de temperatura informada pela indústria farmacêutica.

Um requisito fundamental para a conservação de medicamentos termolábeis é a cadeia do frio, que precisa manter estabilidade das temperaturas do início, na produção, ao fim, na administração ao paciente. Nesse caminho, os medicamentos passam por várias empresas e pessoas, e muitas normas e requisitos de infraestrutura devem ser atendidos para garantir a estabilidade desses produtos.

No Brasil, esse processo é puramente manual: os profissionais encarregados da tarefa anotam a temperatura nos diferentes momentos de checagem.

Para uma eficiência da cadeia do frio são necessários equipamentos, materiais e processos adequados, tais como: local de armazenamento com controle de temperatura; espaço suficiente para o armazenamento de todos os produtos, garantindo a refrigeração homogênea; embalagens térmicas resistentes, capazes de conservar a temperatura interna por períodos prolongados; tempo de transporte entre outros.

**Monitoramento de temperatura**

Quando o assunto é monitoramento de temperatura, por exemplo, uma pesquisa da MHRA (Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos para a Saúde do Reino Unido) mostrou que 43% das perdas de medicamentos estão relacionadas a falhas nesse processo.

Além disso, erros na armazenagem de medicamentos ainda ocorrem de forma significativa. Quando a Controladoria-Geral da União divulgou em 2017 relatório sobre desperdício de medicamentos, nove estados brasileiros tinham problemas relacionados à armazenagem.

O país segue com números altos de desperdício de medicamento. Entre 2014 e 2015, o SUS jogou fora cerca de R$ 16 milhões em medicamentos de alto custo. Erros durante o armazenamento foram uma das causas.

A indústria farmacêutica no Brasil ocupa um lugar de destaque na economia, e ao contrário de outros setores que enfrentam dificuldades de crescimento e retomam timidamente sua posição, o mercado de produtos farmacêuticos cresce exponencialmente.

Dados do Guia 2019 da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) mostram que no ano de 2018 o mercado farmacêutico brasileiro faturou cerca de R$ 76,2 bilhões. No varejo, o crescimento em relação ao ano anterior (2017) foi de 9,8%.

Esses números colocam o Brasil na 7ª posição do ranking mundial de faturamento – sendo líder na América Latina –, com uma fatia de mercado de cerca de 2% do mercado.

**Como a temperatura e a umidade afetam os medicamentos.**

Todo medicamento tem uma temperatura ideal para ser conservado. Eles podem ser de temperatura ambiente (15° a 30°C) ou geladeira (2° a 8°C).

Quando submetido ao calor ou frio excessivo, a luz direta do sol ou de luz artificial e a umidade, o medicamento pode alterar suas propriedades, fazendo com que eles mudem fisicamente, percam a potência e até mesmo comprometam a vida, pois a doença não ficará controlada. “As fitas para testes de glicemia (açúcar) para os diabéticos com a umidade pode gerar leitura e resultados falsos ou errados. Os anticoncepcionais expostos a altas temperaturas por tempo prolongado pode não evitar a gravidez”, afirma a farmacêutica Cristina Ropelato.

O controle absoluto sobre a umidade do ambiente evita, num primeiro momento a proliferação de microrganismos o que significa o não surgimento de fungos, responsáveis pela formação de bolor e mofo.

Para evitar problemas relacionados a umidade, o desumidificador de ar deve indicar entre 40 a 60%, exceto para alguns medicamentos que devem ser mantidos abaixo de 40%.

**Análise econômica – remédios de alto custo na produção brasileira**

O mercado de remédios no Brasil sempre foram considerados algo de extrema importância, desde sua fabricação, até seu consumo, porém, os gastos com remédios, principalmente os de alto custo, saem muito caros e sua porcentagem de perca pelo Sistema Único de Saúde(SUS) chega a ser de até 43%. Trouxemos aqui estatísticas de 5 remédios muito utilizados no Brasil e que são de alto custo:**150 mil pessoas é a demanda média.**

|  |  |
| --- | --- |
| Demanda (anual) | Medicamento |
| 8.272.152.000 | **Azatioprina** |
| 2.895.253.200‬ | *perca de 35%* |
| 3.051.000.000‬ | **Mesalazina** |
| 1.067.850.000 | *perca de 35%* |
| 3.175.200.000‬ | **Beclometasona** |
| 1.111.320.000 | *perca de 35%* |
| 1.350.000.000‬ | **Donepezil** |
| 472.500.000 | *perca de 35%* |
| 8.953.560.000 | **Daclizumab** |
| 3.133.746.000 | *perca de 35%* |

**Existe demanda?**

A demanda de remédios de alto custo é muito grande, e por sua vez também são muito caros, alguns chegando custa até 15 mil reais e são essenciais em alguns tratamentos, pois são muito difíceis em sua produção por conta de falta de químicos.

**Aspecto políticos sobre medicamentos**

Está tramitando no Plenário do Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC 115/2011) para proibir a incidência de impostos sobre medicamentos de uso humano. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a carga tributária em cima desses medicamentos é de 33,87% e, se aprovada a emenda, a redução dos impostos seria de forma gradativa. O texto da emenda explicou que as indústrias teriam cinco anos para a retirada total das contribuições federais e taxas, com redução de 20% ao ano até chegar aos 100%.

Outro grande desafio é a falta de uniformidade na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje, na maioria dos estados, o ICMS é o imposto que mais encarece os medicamentos – a carga pode variar de 12% a 20%. Aos medicamentos ainda se aplica a Substituição Tributária, que atribui ao industrial e ao atacadista a responsabilidade do recolhimento do ICMS de toda a cadeia, ressalta Eder Fernando Maffissoni, presidente da Prati-Donaduzzi.

**Descartes inadequados de medicamentos e seus impactos no meio ambiente**

Desde 2010, a Lei 2.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de um determinado produto que possa causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana devem criar um sistema de recolhimento e destinação final independente dos sistemas públicos de limpeza urbana. A sociedade precisa saber que qualquer remédio contém substâncias químicas que podem contaminar o solo e a água e não devem ser descartados no lixo comum, mas o problema é que a população não sabe disso.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece como obrigatoriedade o correto descarte de medicamentos. No caso dos remédios, a chamada logística reversa funciona com as farmácias e drogarias aceitando medicamentos vencidos para encaminhá-los ao seu destino final sem risco de contaminação. A Anvisa possui uma lista de postos de coleta credenciados – o processo todo é regido pela norma ABNT NBR 16457:2016.